

LEI Nº 2.771, DE 03 DE JULHO DE 2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A COMPENSAÇÃO DE IPTU COBRADO A MAIOR, NO ANO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas legais atribuições que lhe são conferidas em Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer os créditos para os contribuintes adimplentes, resultantes da cobrança irregular do Imposto Predial Territorial Urbano, no exercício financeiro de 2022, conforme cobrança constante do respectivo carnê de IPTU.

Art. 2º O crédito mencionado no artigo anterior será compensado no exercício financeiro de 2023, e, se não for suficiente, nos exercícios financeiros subsequentes, na forma do artigo 257 do Código Tributário Municipal e artigo 170 do Código Tributário Nacional.

Art. 3º Somente terão direito à compensação autorizada por esta Lei os contribuintes que tiverem quitado o pagamento do referido imposto até a data de vencimento do carnê de IPTU e que estejam em dia com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 4º Para os contribuintes em dívida ativa para com a Fazenda Pública Municipal, a compensação somente se dará mediante acordo de pagamento dos débitos, devendo a Área de Tributação expedir notificação aos mesmos para o encontro de contas e extinção do débito.

Art. 5º Os créditos dos contribuintes serão atualizados no dia 01 de julho de 2023, com a aplicação do IPCA-E, na forma do [artigo 221](#) do Código Tributário Municipal.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei através de decreto, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal promoverá ampla divulgação da presente compensação através dos meios de comunicação, objetivando comunicar os contribuintes dos comandos da presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Muniz Freire - ES, 03 de julho de 2023.

**GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Muniz Freire.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

LEI Nº 2.779/2023

CERTIFICO QUE FIZ PUBLICAR NO MURAL

EM 18/08/2023

Tatiana Aguiar Satler

Gabinete do Prefeito

TATIANA AGUILAR SATLER

CHEFE DE GABINETE SUBSTITUIÇÃO

Decreto nº 10.124/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DESCONTOS NO IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Muniz Freire - Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, faz saber que a Câmara Municipal de Muniz Freire/ES aprovou e Ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e taxas de serviços para o ano de 2023, nos seguintes percentuais:

- I. 10% (dez por cento) para pagamento à vista, em cota única;
- II. 05% (cinco por cento) para pagamento parcelado em até (03) três vezes.

Art. 2º. Em caso de não pagamento nas datas indicadas para os respectivos vencimentos, será gerada segunda via com 10% (dez por cento) de multa, e 0,5 % (meio por cento) de juros ao mês, conforme previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 3º. Em caso de não pagamento do Imposto e Taxas mencionados no art. 1º, para efeito de lançamento em dívida ativa, será considerado o valor integral dos mesmos, sem qualquer desconto.

Art. 4º. Os imóveis interditados, por força de declaração própria da Defesa Civil do Município de Muniz Freire, são isentos do pagamento do IPTU, benefício este que será concedido mediante requerimento do contribuinte.

Francisco



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

Parágrafo único. Em caso de desinterdição do imóvel, por meio de ato próprio, através de laudo dos serviços de engenharia civil do Município, será cassado o benefício de isenção, mediante comunicação da Coordenação da Defesa Civil do Município de Muniz Freire à Área de Tributação para a devida baixa no sistema.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Muniz Freire/ES, 18 de agosto de 2023.


GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL